



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 21 de Agosto de 2019

## MEC inicia avaliação de cursos on-line de Direito

Por Beth Koike | De São Paulo

O Ministério da Educação (MEC) deu o primeiro passo para que a graduação de Direito na modalidade on-line seja aprovada. Pelo menos cinco instituições de ensino, que estavam pedindo permissão para abrir esse tipo de curso, receberam nos últimos dias comunicado do MEC informando que seus cursos haviam sido pré-selecionados e que os respectivos campi receberão visitas de avaliadores.

A visita técnica aos campi faz parte do processo de aprovação de novos cursos. Esse processo inclui ainda passar pelo crivo do Conselho Nacional de Educação. Questionado, o MEC informou que "nenhuma instituição de ensino superior do país obteve pré-aprovação para ofertar o curso de Direito na modalidade Ensino a Distância".

Há pelo menos 12 anos o setor de ensino pede que seja aberta a modalidade de curso on-line de Direito. Atualmente, não há esse tipo de graduação devido a uma pressão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "A prática forense e o trabalho de conclusão de curso devem ser feitos presencialmente.

Curso on-line não é meio eficaz para formar advogados", diz o secretário geral do conselho federal da OAB, José Alberto Simonetti. Segundo ele, a OAB não tem posição fechada sobre um eventual curso híbrido, onde parte das aulas seria feita a distância e parte, presencial. "A informação que temos é que a modalidade avaliada agora pelo MEC seria 100% on-line", disse.

Na semana passada, representantes da OAB estiveram reunidos com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, solicitando a suspensão de abertura de novas graduações em Direito, pelo prazo de cinco anos. Simonetti participou da reunião. Foi dito ao ministro que há 1,6 mil cursos de Direito no país, com 900 mil alunos. "O estoque de bacharéis no país é de 2,5 milhões. São má formados e frustrados. Não conseguem passar em concursos públicos ou no exame da OAB", diz Simonetti, que também se reuniu com a equipe técnica do ministro.

Direito é o curso com o maior número de alunos na graduação presencial do país. A OAB, a cada pedido de novo curso de Direito que chega ao MEC, prepara um parecer sobre a proposta e a envia ao ministério. "Mas nunca tivemos poder de veto e em 98% dos casos,

o parecer da OAB não coincide com a decisão do MEC", disse Simonetti.

Para João Vianney, consultor especializado em ensino a distância da Hoper, "foi uma grande surpresa o MEC ter liberado o andamento dos processos, pois a mesma não foi precedida de nenhuma comunicação ao mercado sobre a mudança de postura". Sua expectativa é que os novos cursos comecem a ser ofertados a partir de 2020.

Segundo Hoper, considerando um cenário em que a oferta de curso a distância de Direito seja totalmente liberada, o crescimento do número de alunos em 2022 seria de 0,9% e de 3,2% em 2026. Vianney diz que, considerando o atual cenário de crise econômica, deve haver uma migração de alunos dos cursos presenciais, cuja mensalidade média hoje é de R\$ 1,1 mil, para os cursos a distância com mensalidade cerca de 50% menor.

"A postura governamental sobre os curso de Direito em EAD foi de um imenso atraso, pois a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação destacam claramente a autonomia das IES para a oferta dos cursos. Brigamos com o MEC nestes anos todos, mas sempre batendo na trave", disse Vianney. (Colaborou Cynthia Malta)

## Governo pretende redistribuir R\$ 500 bilhões

*Plano é transferir recursos, em 15 anos, para estados e municípios por meio de novo pacto federativo, em discussão no Senado, com a divisão de recursos do pré-sal e mais dinheiro para o Fundeb, para a educação básica*

MARCELLO CORRÊA E  
RENATA VIEIRA  
BRASÍLIA

O governo espera transferir cerca de R\$ 500 bilhões a estados e municípios nos próximos 15 anos por meio de ações do chamado novo pacto federativo. A estimativa foi apresentada ontem pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a líderes do Senado. Entre as medidas, estão novas regras para a divisão de recursos da exploração do petróleo, autorização para que estados obtenham empréstimos com garantia e mais dinheiro para o Fundeb, que financia a educação básica nos municípios. O governo defende que os repasses sejam acompanhados de uma flexibilização do Orçamento, o que incluiria a desvinculação de despesas com saúde e educação.

As medidas chegam ao Senado no momento em que a Casa discute a reforma da Previdência, já aprovada na Câmara. O avanço de medidas que beneficiam estados é colocada como condição para que a reforma avance. A expectativa do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, é que as duas

medidas sejam aprovadas até outubro.

— Essas matérias do pacto vão andar na mesma velocidade da reforma da Previdência. O resumo de hoje foi para que possamos ter até a primeira semana de outubro a votação do pacto federativo e da Previdência — disse o parlamentar.

A maior parte dos recursos repassados virá do petróleo. Hoje, estados e municípios têm direito a 30% dos royalties e participações especiais da exploração de óleo e gás. Os 70% restantes ficam com a União. A equipe econômica quer inverter essa divisão, gradualmente. Assim, em oito anos, estados e municípios passariam a ter direito a 70%, deixando 30% em Brasília.

### ATÉ R\$32 BI DO PRÉ-SAL

A equipe econômica espera que, com a previsão alta exponencial da produção do pré-sal nos próximos anos, os governos locais recebam de R\$ 6 bilhões a R\$ 32 bilhões, em valores crescentes, até 2034. O governo, no entanto, não estimou qual seria o valor total repassado ao longo do período.

Também entram na conta dos R\$ 500 bilhões a transferência imediata de parte dos R\$ 106 bilhões que o governo arrecadará no megaleilão do excedente do pré-sal, marcado para novembro. Desse valor, R\$ 33

bilhões serão repassados à Petrobras e R\$ 73 bilhões ficarão com a União. Da parte que lhe cabe, o governo federal repassará R\$ 21 bilhões a estados e municípios.

O governo quer aproveitar, ainda, o dinheiro do leilão para pacificar o debate sobre as compensações da Lei Kandir e do FEX (mecanismo para estimular exportações), que impuseram perdas aos estados ao desonerar o ICMS. Assim, R\$ 4 bilhões extras seriam destinados aos estados. Em troca, os entes teriam que desistir das ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a União em que pedem essas compensações.

Segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, a expectativa é que esses recursos sejam destinados para investimentos. O governo quer negociar com o Senado condições para o uso dos recursos, proibindo, por exemplo, que sejam destinados para pagar folha de pagamentos.

— Entendemos que o uso desses recursos para despesa com pessoal pode reverter em sinal ruim, em posição desfavorável para a sustentabilidade das contas dos entes subnacionais — disse o secretário ontem, acrescentando que os R\$ 40 bilhões em garantias de empréstimos a estados, o chamado Plano Mansueto, também estão incluídos no pacto.





O pacote montado pelo governo também contempla municípios, ao prever a renovação do Fundeb, que acaba em 2020. A equipe econômica promete manter os repasses de R\$ 13,3 bilhões a partir de 2021 e destinar R\$ 6,5 bilhões extras a regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos viriam dos fundos constitucionais, que hoje atendem a essas regiões e são voltados para financiamento de projetos do setor privado. Hoje, esses fundos têm mais de R\$ 100 bilhões em patrimônio e cerca de R\$ 32 bilhões por ano para financiar projetos. Além dos recursos para o Fundeb, o governo pretende destinar de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,6 bilhão por ano para que os fundos apoiem projetos de infraestrutura.

O texto precisa ser negociado com senadores. O governo pretende encaminhar apenas uma proposta de emenda à Constituição (PEC) tratando da divisão de recursos do pré-sal, mudanças no Fundeb e a desvinculação de despesas. A equipe de Guedes entende que isso dará mais flexibilidade para que os recursos sejam destinados de acordo com a prioridade dos parlamentares.

— O Orçamento primário é da ordem de R\$ 1,4 trilhão. O ministro colocou suas diretrizes em uma forte de desvinculação, desindexação e desobrigação. Os senadores entenderam a mensagem —disse Waldery.

## MEC escolhe terceiro colocado como reitor da UFC

Nomeação na Universidade Federal do Ceará é a quarta em que ministério não respeita lista tríplice

Em mais um caso de divergência entre o Ministério da Educação (MEC) e a escolha de uma comunidade universitária, a pasta nomeou, anteontem, o terceiro colocado da lista tríplice da Universidade Federal do Ceará (UFC), José Cândido de Albuquerque, como novo reitor da instituição.

Atual diretor da Faculdade de Direito da UFC, ele recebeu 610 votos na consulta ampla, enquanto o atual vice-reitor, Custódio Luís de Almeida, teve 7.772 votos. Na votação do Conselho Universitário, que reúne 47 conselheiros e forma a lista tríplice, Albuquerque teve 9 votos, contra 25 dados a Custódio de Almeida.

A indicação do nome do reitor a partir da lista tríplice enviada pela

universidade é uma prerrogativa do MEC, que não precisa se ater à ordem de classificação. A praxe até este ano, no entanto, era que o mais votado pela comunidade acadêmica tivesse seu nome ratificado pelo ministério.

Segundo a UFC, a última vez em que o vencedor da eleição foi preterido pelo MEC foi no governo Collor. A universidade é a quarta a ter sua decisão desconsiderada no governo Bolsonaro. As federais dos Vales do Jequitinhonha (UFVJM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB) também tiveram o terceiro indicado nomeado, enquanto na do Triângulo Mineiro (UFTM) o ministério escolheu o segundo colocado.

Procurado pela reportagem, o MEC não se manifestou até a conclusão deste texto. O presidente do conselho e atual reitor da UFC, Henry de Holanda Campos, lamentou o descumprimento da lista:

— Mais um ponto em que a comunidade se sente agredida, desrespeitada na sua vontade. Por mais que a nomeação esteja nas regras do processo, há uma insatisfação. É um impasse muito desagradável —avaliou.

### CEFET RIO

A decisão sobre a UFC acontece pouco depois de o MEC ter nomeado um diretor-geral interino para o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) do Rio de Janeiro, após um candidato derrotado apontar irregularidades na eleição e pedir uma investigação.

Alunos protestaram barrando a entrada do interino, e o MEC afirmou que o resultado da investigação vai definir a nomeação do novo diretor.

\*Estagiária, sob orientação de Marco Aurélio Canônico

**DEVO...**

A UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) está devendo R\$ 669 milhões para a empresa responsável pelas obras emergenciais do Museu Nacional, que foi destruído em um incêndio em 2018. O valor corresponde à última parcela da reforma.

**...NÃO NEGO**

A universidade confirma a inadimplência e afirma que o valor ainda não foi quitado porque o MEC ainda não repassou os recursos previstos

**POLÊMICA »****Diálogo para contornar a crise na educação**

O governador Ibaneis Rocha quer que sejam apresentadas alternativas à gestão compartilhada no Gisno, que tem altas taxas de reprovação e evasão escolar

*Encontro hoje entre governador, novo secretário de Educação e representantes do Sinpro discutirá uma solução para o Gisno, na Asa Norte, que resiste à gestão compartilhada. Inicialmente, colégio está fora da preparação para o modelo*

» ANA VIRIATO

Antes garantido na lista de escolas que serão administradas sob a gestão compartilhada com a Polícia Militar mesmo após a rejeição ao modelo, o Centro Educacional Gisno, na Asa Norte, está com o futuro incerto. O governador Ibaneis

Rocha (MDB), o novo secretário de Educação, João Pedro Ferraz, e o Sindicato dos Professores do DF (Sinpro) reúnem-se hoje, no Palácio do Buriti, para colocar opções à mesa. Por enquanto, o colégio fica de fora da lista das cinco instituições que iniciaram a preparação para receber os militares nesse semestre.

A abertura do diálogo ocorre em meio a uma crise na educação. Primeiro chefe da pasta na gestão Ibaneis, Rafael Parente foi demitido na noite de segunda-feira após se posicionar contra a decisão do governador de ignorar os resultados de consultas públicas a professores,

pais e alunos desfavoráveis à militarização. Com a baixa, o Palácio do Buriti escalou Ferraz, que, por ora, acumula os cargos de secretário de Educação e de Trabalho.

Apesar das tratativas, Ibaneis assegura que deixará a militarização do Gisno de lado apenas se o Sinpro e João Pedro Ferraz encontrarem uma solução plausível para o cenário “preocupante” da escola. O governo classifica como “muito baixo” o Índice de Educação Básica (Ideb) da instituição e como “muito alta” a reprovação média e a taxa de abandono escolar. “Se eles tiverem uma opção que tire os alunos da situação em que estão, eu topo. Quero que as crianças do Gisno tenham um futuro como o dos meus filhos”, afirmou o governador.

Ibaneis acrescentou que o problema do Sinpro é “criticar, mas não mostrar saídas”. “Parece que querem a bagunça para continuar no poder. Estamos há 20 anos sem solução”, ressaltou. Ainda assim, o chefe do Buriti disse ter confiança no novo secretário para resolver o impasse. “Ele atuou como procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), ou seja, lidou com todos os problemas do mundo”, declarou.

Novato na área de gestão de educação pública, Ferraz diz ter “certeza absoluta” de que governo, sindicato e comunidade escolar





encontrarão um denominador comum. “Isso porque o nosso interesse também é comum, que é uma boa educação e uma escola de qualidade com segurança para professores, alunos e pais”, declarou Ferraz (leia entrevista na página 18). No colégio da Asa Norte, o placar final registrou 58,49% dos votos válidos contra a gestão compartilhada.

Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro, afirmou que a entidade não quer permanecer em um cabo de guerra com o GDF, mas destacou ter legitimidade de opinião. “Queremos uma ação de decisões mais coletivas. O governador faz questão de colocar como se fosse uma disputa com ele. Mas o Sinpro atua na defesa do que for melhor para a educação”, argumentou.

Em meio às discussões, o governador ainda não sabe quem substituirá Ferraz em uma das pastas e cogita a possibilidade de fundi-las. “Poderíamos transformá-la em Secretaria de Educação e Emprego, porque as duas coisas estão juntas. Mas isso está em análise. Não tenho pressa”, disse, após agenda pública no Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Uma coisa, porém, está clara para Ibaneis: a necessidade de acelerar o processo de militarização em outras instituições. A ideia é criar unidades com 100% dos profissionais militares a partir de 2020. “Vamos pegar as escolas que se cadastraram no programa. Estou assinando um decreto hoje (ontem) e levando para a Secretaria de Segurança”, adiantou.



"Se eles tiverem uma opção que tire os alunos da situação em que estão, eu topo. Quero que as crianças do Gisno tenham um futuro como o dos meus filhos" Ibaneis Rocha, governador

#### Conciliação

Além de abrir o diálogo sobre a militarização do Gisno, o governador tentou apaziguar os ânimos com distritais. Ele havia se envolvido em um bate-boca com o distrital Fábio Félix (PSol) na tarde de segunda-feira, quando visitou a Câmara Legislativa para entregar o projeto de lei que cria a Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência. O emedebista se exaltou após ter a postura criticada e ouvir um pedido de recuo: “Eu não vou discutir com você. A Câmara fique à vontade com seus esquerdistas”, disparou.

Em carta aberta divulgada ontem, Ibaneis classificou o episódio como “pequeno incidente”. “Por considerar que a ocasião era imprópria para a discussão do tema, e após diversas

declarações públicas sobre a matéria, reafirmei o meu posicionamento de forma, possivelmente, inadequada, destacando que eventuais alterações na condução do assunto deveriam ser explicitadas em legislação precisa e clara”, afirmou.

O tom, entretanto, não convenceu parte dos parlamentares. “A carta, em si, é insuficiente, porque não vem acompanhada da decisão de respeitar a escolha da comunidade escolar no que diz respeito à militarização”, pontuou Fábio Félix, em plenário.

#### Contratação

O Palácio do Buriti nomeou, ontem, 200 professores de educação básica. Entre as áreas de atuação dos docentes estão: artes, biologia, ciências naturais, filosofia, física,





geografia, história, espanhol, inglês, língua portuguesa, matemática, química, sociologia, ciências naturais. Os professores terão a carga horária de 40 horas.

### **Militarização em duas semanas**

A presença de policiais fardados nas cinco novas escolas militarizadas ocorrerá em até duas semanas.

Essa é a expectativa do Governo do Distrito Federal (GDF) com base no que ocorreu no primeiro semestre, quando quatro colégios adotaram a gestão compartilhada entre as secretarias de Educação e Segurança Pública. A partir de agora, começam as tratativas para a implementação do modelo. A mudança ocorre de forma gradativa e envolve pelo menos três etapas. Primeiro, há o alinhamento interno entre os dois órgãos envolvidos. Nessa fase, os representantes discutem os procedimentos a serem adotados. Em um segundo momento, há a adaptação com professores e servidores, como maior rigidez no horário de entrada. Por último, começa o envolvimento com os alunos com o modelo militarizado. As escolas que se somam as outras quatro com gestão compartilhada são: Centro Educacional 1 do Itapoã (CED 1), Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga (CEF 19), CEF 407 de Samambaia, CEF 1 do Núcleo Bandeirante e Centro Educacional Condomínio Estância III, em Planaltina.

### **9**

Total de escolas militarizadas no Distrito Federal

**Silêncio impossível  
na educação**

Era evidente que o especialista em educação Rafael Parente não teria vida longa no governo de Ibaneis Rocha. Com posturas e propostas conflitantes com a base política da nova administração, ele tentou se adequar, mas desde o primeiro mês encontrou resistências. A primeira polêmica ocorreu com o projeto Escola sem Partido. Parente era contra a medida e recebeu críticas da bancada evangélica na Câmara Legislativa. Também levou pedradas da deputada Bia Kicis (PSL-DF) pela postura anti-Bolsonaro na campanha eleitoral, em postagens nas redes sociais. Parente chegou a receber uma recomendação de Ibaneis para que evitasse se manifestar em confronto com as posições do governo ou de seus aliados. Mesmo no caso da gestão compartilhada das escolas, Parente era, a princípio, contrário à medida. Mas se adequou e, levando em conta a aceitação do modelo nas escolas que o adotaram no primeiro semestre, passou a defendê-lo. A gota d'água, no entanto, foi a rejeição ao resultado da consulta à comunidade escolar sobre a implementação da gestão compartilhada. Ficou difícil para ele ficar em silêncio.

**Aliado para todas as horas**

No lugar de Rafael Parente, Ibaneis Rocha designou um amigo. Não é a primeira vez que o secretário de Trabalho, João Pedro Ferraz, ex-procurador-geral de Justiça do Trabalho, assume um buraco no grupo de Ibaneis. Foi assim na campanha eleitoral, quando concorreu ao Senado na chapa do amigo advogado. Entrou quando ninguém ainda acreditava no sucesso do projeto.

**Novo modelo**

O presidente da Associação dos Magistrados de Brasília (Amagis), Fábio Esteves, conta que existe um projeto para compartilhar a gestão de uma escola pública com a entidade, aos moldes do que ocorre com a Polícia Militar, mas com os parâmetros do Judiciário.

**Recuperados**

O plenário ontem estava animado. Dois deputados distritais que passaram os últimos dias hospitalizados retornaram ao trabalho. Além de Chico Vigilante (PT) que teve uma crise cardíaca, a deputada Júlia Lucy (Novo) também voltou ao batente. Ela passou por uma grave infecção renal. Mas está recuperada. Que bom!

**Pedido de desculpas**

O governador Ibaneis Rocha tem seus arroubos, mas volta atrás. Nesta semana, pediu desculpas duas vezes: aos torcedores do Vasco, depois de dizer que o time deveria estar na segunda divisão, e aos deputados distritais, pela discussão acalorada com o deputado Fábio Félix (PSol), por causa da gestão compartilhada das escolas públicas com a PM.

**Distrital bombado**

Entre petistas, o comentário ontem era de que a briga entre o governador Ibaneis Rocha (MDB) e Fábio Félix (PSol) pode catapultar o distrital a um novo status político. Nada como uma polarização política para bombar um parlamentar da oposição.

**Só com combinação**

Em meio à disputa para a indicação de Jair Bolsonaro à Procuradoria-Geral da República, um dos nomes que despontaram nos últimos dias é o subprocurador-geral da República Alexandre Camanho de Assis, braço direito da atual chefe do Ministério Público, Raquel Dodge. Nos bastidores, entretanto, procuradores avaliam que Camanho apenas aceitaria a missão de comandar a PGR a partir de uma





combinação com Raquel Dodge.

*Janeiro”*

**A pergunta que não quer calar....**

Por que há tanta intolerância no trânsito com ciclistas, como ficou evidente ontem quando um motoqueiro derrubou dois triatletas num pelotão no Lago Sul?

Só papos

*“A polícia agiu de acordo com o que prevê a lei e de forma técnica. Wilson Witzel acertou ao entrar em contato com a família de Willian. Porém, sua comemoração, ao chegar ao local do sequestro, não contribui em nada para melhorar a segurança pública. Equilíbrio e serenidade são atributos essenciais para governar um lugar como o Rio de*

**Deputado Marcelo Freixo** (PSol-RJ), sobre o desfecho do sequestro com 37 reféns de um ônibus na Ponte Rio-Niterói, em que o sequestrador acabou morrendo

*“Graças a Deus e à valorosa Polícia Militar do Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel não precisou chegar ao local do sequestro chorando a morte de dezenas de reféns, trabalhadores, estudantes, pessoas de bem. Isso é sim motivo de celebração. Abaixo a hipocrisia e a bandidolatria”.*

**Deputada Bia Kicis** (PSL-DF), rebatendo as várias críticas que o governador do Rio recebeu ontem ao descer do helicóptero dançando em comemoração ao sucesso da operação



Agência Brasil

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

20/08/2019

## Consulta pública do Future-se tem mais de 55 mil cadastrados

Prazo que acabaria no dia 15 de agosto foi estendido para dia 29

Por Agência Brasil Brasília

A consulta pública do Future-se registrou 55.764 pessoas cadastradas até a tarde desta terça-feira (20), segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação (Mec). O programa foi lançado no dia 17 de julho. A consulta pública terminaria no dia 15 de agosto e foi prorrogada até o dia 29 de agosto.

Segundo o secretário de Educação Superior do Mec, Arnaldo Lima, o prazo foi estendido por mais duas semanas para que mais pessoas possam participar. De acordo com o Mec, o Future-se quer promover maior autonomia financeira em universidades e



institutos federais, com incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. As instituições de ensino podem aderir de forma voluntária e o programa vai ajudar a complementar a renda, não diminuindo os repasses da União

Conforme o Ministério, a consulta pública serve para especialistas e população opinarem sobre o projeto e as contribuições serão utilizadas na elaboração do projeto final que será enviado ao Congresso Nacional.

### **CCJ da Câmara aprova PEC que flexibiliza teto de gastos de universidades**

A CCJ da Câmara aprovou hoje, por unanimidade, uma PEC que garante mais autonomia de gastos de recursos próprios arrecadados por universidades e institutos federais.

A proposta tenta flexibilizar o teto de gastos das universidades e institutos ao tentar excluir dos limites de despesas primárias aquelas financiadas por receita própria, convênios ou doações.

O texto viabiliza parte da proposta do Ministério da Educação de atrair investimentos do terceiro setor às universidades e institutos federais pelo programa Future-se.

Para Luísa Canziani, autora da PEC, a mudança da regra incentiva as universidades a buscar recursos próprios ou externos para desenvolver as atividades acadêmicas.

“Isso significa que as universidades poderão angariar mais verba para pesquisa, para desenvolver cursos de pós-graduação profissional, para interagir com outros segmentos da sociedade, atender as suas demandas e receber a contrapartida pelo trabalho adicional por elas desenvolvido – seja por demanda específica ou por doação.”